



*Og Natal Menon (\*)*

## ***Educação em Sorocaba: de 1872 a 1920***

(\*) Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Sorocaba — UNISO. Doutorando em História pela PUC-SP.



## **RESUMO**

A educação escolarizada em Sorocaba estava destinada à elite, que lhe atribuía pouca importância. Esta situação começou a ser alterada em virtude dos surtos de crescimento urbano ocorridos especialmente no final do séc. XIX, com a implantação de forte industrialização, da democratização do poder político, da criação de novos padrões de vida e da miscigenação nos vários segmentos da sociedade. O trabalho pretende mostrar que tal mudança foi insuficiente por não provocar uma revolução nos padrões sociais para a recuperação sócio-cultural de alguns setores das camadas menos favorecidas.

## **ABSTRACT**

*Formal education in Sorocaba was restricted to an elite which did not seem to care much about it. Such situation began to change by the end of the 19th century due to the urban growth, to the industrialization process, to the democratization of the political power, to the new patterns of life and to the miscegenation which took place in many areas of society. Although insufficient, since these changes did not manage to cause a revolution in social patterns, they helped the sociocultural recovery of certain less-favored social layers. Marked by contradiction, the school is now the institution responsible for preparing man for life, which gives it new characteristics different from former ones.*

•

A Educação, em Sorocaba, não diferia, em sua metodologia e em sua prática, de outras localidades, embora o Ato Adicional de 1834 tivesse liberado as Províncias para adotar os métodos de ensino que julgassem mais adequados, o ensino mútuo ou lancasteriano era ainda praticado em 1887.<sup>1</sup> Esse sistema de ensino consistia em o professor dividir a classe em grupo de dez alunos e em escolher os melhores para serem treinados — chamados de decuriões — a fim de ajudar os outros nos estudos. Assim, pressupunha-se que o professor tinha condições de atender a várias classes de cem alunos. Nelas os alunos dispunham-se em bancos compridos e estudavam durante cinco horas, no fim das quais o professor ou decurião, armado da palmatória, tomava a lição.<sup>2</sup> As aulas transcorriam em completa confusão, com os alunos fazendo as leituras, todos ao mesmo tempo, em voz alta e em todos os tons. João L. Rodrigues, relata que “era um vozear confuso, uma mescla de sons mais ou menos dissonantes, onde havia de tudo, trechos de leitura corrente, exercícios de soletração. A impressão que me dava era a de uma orquestra de batráchios a coaxar num brejo.”<sup>3</sup>

No sistema mútuo, os professores tinham grandes dificuldades de ascendência sobre a classe. Organizada em grandes grupos e com grande número de alunos, incentivados no final do dia ou da semana, a expor o seu aprendizado, faziam-no de forma provocativa, gerando verdadeira guerra. Um dos alunos do prof. Romão descreve-nos que “suas aulas corriam numa total anarquia e o que nelas se aprendia era quase nada. Os alunos eram divididos em dois partidos opostos, dois campos separados, ocupando cada um, certo número de bancos. Estes dois partidos deviam lutar durante a semana para ver qual deles levava a primazia. À hora de tomar lição marcavam-se os erros dos alunos de um e outro campo e no fim da semana o mestre fazia a apuração: vencia o partido que tinha menor número de erros. O Professor Romão estabeleceu um emblema para indicar o campo vitorioso na semana transata: era uma rele bandeira, feita dum lenço de chita de cores berrantes. Quando um dos partidos, até então vitorioso, vinha a ser desbancado, surgia quase sempre uma dificuldade: recusava-se a levar a bandeira ao campo vencedor, como mandava o protocolo, e só se resol-

---

1. ALMEIDA, Alúcio de, *Diário de Sorocaba*, ano VII, Nº 2.136, 04/11/1965, p. 03.

2. Idem, *Ibidem*.

3. RODRIGUES, João L. *Um Retrospecto*. Alguns subsídios para a História Pragmática do Ensino Público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930, p. 47 e 48.

via a isso depois da intervenção, nem sempre eficaz, do professor. É fácil compreender a excitação que isso produzia: quando a aula terminava, havia na rua, cenas de pugilato, que nada tinham de edificantes.”<sup>4</sup>

Do currículo constavam “as quatro operações de Aritmética, as noções gerais de Gramática Prática, a Gramática da língua nacional, os princípios da doutrina cristã e da doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionada à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.”<sup>5</sup> A Gramática da língua nacional era dada através de cartas: “cartas do A.B.C., cartas de sílabas, cartas de nomes e cartas de fora ou manuscritas, depois o silabatório português e a Gramática da coruja. O método adotado era o da soletração. O programa do ensino primário cifrava-se naquilo que os ingleses denominavam os três r: ler, escrever e contar. A doutrina cristã consistia na decoração da Cartilha que continha o primeiro catecismo.”<sup>6</sup> O aprendizado da escrita começava com os “debuxos de pauzinhos, depois de

---

4. 5. Idem, ps. 64 e 65. Segundo Foucault, o ensino mútuo originara-se nos colégios jesuítas onde as classes tinham “uma organização ao mesmo tempo binária e maciça: as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez; cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa. A forma geral era a da guerra e da rivalidade; o trabalho, o aprendizado, a classificação eram feitos sob a forma de justas, pela defrontação dos dois exércitos; a participação de cada aluno entrava nesse duelo geral; ele assegurava, por seu lado, a vitória ou as derrotas de um campo; e os alunos determinavam um lugar que correspondia à função de cada um e a seu valor de combatente no grupo unitário de sua decúria. Podemos notar, aliás, que essa comédia romana permitia associar aos exercícios binários da rivalidade uma disposição espacial inspirada na legião, com fileiras, hierarquia e vigilância piramidal... Pouco a pouco - mas principalmente depois de 1762 - o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos nas salas, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade uma depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldades crescentes. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas idéias, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados.” FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 133 e 134.

5. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, art. 6.

6. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 53 e 54.



letras; mais tarde davam-se os translados.”<sup>7</sup> Segundo João L. Rodrigues, em relação às aulas de “Aritmética, os principiantes faziam os seus exercícios em ardósias, nas quais o mestre passava as contas, que deviam fazer em casa. Os mais adiantados tinham pequenos cadernos, onde o professor formulava problemas: eram questões de sistema métrico, juros e regras de sociedade. Esses alunos constituíam, na escola, uma espécie de aristocracia.<sup>8</sup> Quando recebiam das mãos do mestre os cadernos de problemas, era de ver os ares de importância que tomavam. Pareciam olhar com piedade para os grilas, obrigados à tortura da decoração da taboada. Aos sábados esse trabalho tornava-se menos fastidioso, porque os exercícios eram cantados: os pequenos, em voz baixa, aditavam aos produtos certas piadas que lhes pareciam muito jocosas. Mas essa alegria não durava muito, porque à hora do argumento havia larga distribuição de palmateadas.”<sup>9</sup> Em qualquer uma das disciplinas, o processo era moroso e incompleto. Sustentados pela decoração, “os alunos tinham grandes dificuldades em chegar ao termo, pois se a memória falhasse durante o ‘argumento ou a sabatina’<sup>10</sup> realizadas no final do dia ou da semana, o castigo era a palmatória.”<sup>11</sup>

Delineada sob o ardor da palmatória e da vara de marmelo, a escola régia trabalhava com castigos bárbaros e vexatórios.<sup>12</sup> O menor desses castigos era ficar de pé a um canto da sala. Coisa muito pior era o puxão de orelha, o coque, ficar de joelhos sobre o banco e, por vezes, de braços abertos, ficar de joelhos sobre o milho.”<sup>13</sup> Além dos castigos corporais, outros havia como a prisão na

---

7. ESCOBAR, José Ribeiro, *Histórico da Instrução Pública Paulista*. **Revista de Educação**, dez. 1933, vol. IV, p. 167.

8. Este sistema de divisão, era derivado de J.B. de La Salle, que propunha uma classe separada espacialmente, onde haveria, ao mesmo tempo, uma série de distinções, segundo o nível de desenvolvimento dos alunos, o valor individual, o seu temperamento, o seu maior ou menor interesse, a sua limpeza e a classe social a que pertencia. “Haverá em todas as salas de aula lugares determinados para todos os escolares de todas as classes, de maneira que todos os da mesma classe sejam colocados num mesmo lugar e sempre fixos. Os escolares das lições mais adiantadas serão colocados nos bancos mais próximos da parede e em seguida os outros segundo a ordem das lições avançando para o meio da sala...Cada um dos alunos terá seu lugar marcado e nenhum o deixará nem trocará sem a ordem e o consentimento do inspetor das escolas. (Será preciso fazer com que) aqueles cujos pais são negligentes e têm piolhos fiquem separados dos que são limpos e não os têm; que um escolar leviano e distraído seja colocado entre dois bem comportados e ajuizados, que o libertino ou fique sozinho ou entre dois piedosos.” LA SALLE, J.B. de, *Gazette des Tribunaux*. Apud FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 134 e 135.

9. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 56 e 57.

10. Nomes que se davam ao processo de arguição.

11. ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 167.

12. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 57 e ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 187.

13. Idem, *ibidem*.

hora do recreio, os “doestos de estúpido, vadio, sem-vergonha com que o mestre-sala mimoseava os retardatários da classe em dias de contrariedade e mau humor.”<sup>14</sup> “Nas escolas particulares, a humilhação era maior; as orelhas de burro, o quarto escuro, a privação de alimentos, a exposição dos faltosos perante as classes reunidas, o amendrontar com o inferno.”<sup>15</sup> A indisciplina e mau comportamento junto aos outros alunos, também, eram motivos de castigos corporais que não raro levavam os pais a transferirem seus filhos para outro professor.<sup>16</sup> Por outro lado, “mães havia que pediam, por favor, que sovassem os filhos, em regra porque elas, já não podiam mais com eles.”<sup>17</sup>

Os castigos utilizados contra os alunos eram previstos em lei, como a de 15 de outubro de 1827, que, em seu art. 15, dizia que eles deveriam ser praticados pelo método de Lancaster. Também, o Regulamento de 25 de setembro de 1846 autorizava aplicá-los. No bojo de todo o sistema disciplinar trabalhava um micromecanismo penal que consistia em punir determinados delitos específicos, tais como os relativos ao “tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), às atitudes (desatenção, negligência, falta de zelo), à maneira de ser (grosseria, desobediência), aos discursos (tagarelice, insolência), ao corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes), à sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo era utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que iam do castigo físico leve a provações ligeiras e a pequenas humilhações. Tratava-se, ao mesmo tempo, de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta e de dar função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar, levado ao extremo. Pela palavra punição deve-se compreender tudo o que era capaz de fazer as crianças sentirem a falta que cometeram, tudo o que era capaz de humilhá-las, de confundi-las.<sup>18</sup> Segundo J. B. de La Salle, “o castigo escrito é, de todas as penitências, a mais honesta para um mestre, a mais vantajosa e a que mais agrada aos pais; (permite) tirar dos próprios erros das crianças maneiras de avançar seus progressos corrigindo-lhes os defeitos: (àqueles, por ex.), que não houverem escrito tudo o que deveriam escrever, ou não se aplicarem para fazê-lo bem, se poderá dar algum castigo; ao contrário deve procurar tornar a recompensa mais freqüente que as penas, sendo

14. Idem, *ibidem*.

15. ESCOBAR, José Ribeiro, *op. cit.*, p. 187.

16. ALMEIDA, Aluísio. *Diário de Sorocaba*, ano VIII, Nº 2.115, 08/10/1965, p. 02.

17. OLIVEIRA, José Feliciano, *O Ensino em São Paulo*. Algumas Reminiscências. São Paulo: Siqueira, 1932, p. 09.

18. FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, p. 159 e 160.

os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar o castigo, que lhe ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo.”<sup>19</sup>

A par dos rigores dos professores, os alunos buscavam formas de suavizá-los ou mesmo de vingar-se, troçando com motes, como por exemplo, quando liam as lições tiradas das cartas dos ofícios “dirigidas ao professor, e em que algumas delas traziam a assinatura do Inspetor Geral. Quando os pequenos leitores chegavam ao nome de Diogo Mendonça, baixavam a voz, para acrescentar à guisa de estribilho: — cara de gato, focinho de onça.”<sup>20</sup>

Os professores que lecionavam em Sorocaba, no século XIX, eram de palácio e vinham, geralmente, transferidos de outras cidades. Este é o caso do professor Jacinto Helesdoro de Vasconcelos que, “em 22 de março de 1831, foi nomeado professor da única escola, e esta masculina, de Sorocaba, tendo, porém, demorado mais de meio ano para tomar posse devido às dificuldades que encontrara. Logo oficiou ao Presidente da Província, que a Câmara Municipal não lhe arranjava sala nem bancadas e que pretendia cumprir a lei do ensino mútuo. Por fim, os monges do Mosteiro de São Bento tiveram pena do mestre

---

19. LA SALLE, J.B. de, *Gazette des Tribunaux*, 15 de junho de 1836. Apud FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 161

20. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 58. “Unamos agora os pés e demos um salto por cima da escola, a enfadonha escola, onde aprendi a ler, escrever, contar, dar cacholetas, apanhá-las, e ir fazer diabruras, ora nos morros, ora nas praias, onde quer que fosse propício a ociosos. Tinha amarguras esse tempo; tinha os ralhos, os castigos, as lições árduas e longas, e pouco mais, mui pouco e mui leve. Só era pesada a palmatória, e ainda assim... Ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu que foste o *compelle intrare* com que um velho mestre, ossudo e calvo, me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia, benta palmatória, tão praguejada dos modernos, quem me dera ter ficado sob o teu jugo, com a minha alma imberbe, as minhas ignorâncias, e o meu espadim, aquele espadim de 1814, tão superior à espada de Napoleão! Que querias tu, afinal, meu velho mestre de primeiras letras? Lição de cor e compostura na aula; nada mais, nada menos do que a vida, que é das últimas letras; com a diferença que tu, se me metias medo, nunca me meteste zanga. Vejo-te ainda agora entrar na sala, com as tuas chinelas de couro branco, capote, lenço na mão, calva à mostra, barba rapada; vejo-te sentar, bufar, grunhir, absorver uma pitada inicial, e chamar-nos depois à lição. E fizeste isto durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, metido numa casinha da rua do Piolho, sem enfadar o mundo com a tua mediocridade, até que um dia deste o grande mergulho nas trevas, e ninguém te chorou, salvo um preto velho, - ninguém, nem eu, que te devo os rudimentos da escrita. Chamava-se Ludgero o mestre; quero escrever-lhe o nome todo nesta página: Ludgero Barata, - um nome funesto, que servia aos meninos de eterno mote a chufas. Um de nós, o Quincas Borba, esse então era cruel com o pobre homem. Duas, três vezes por semana, havia de lhe deixar na algibeira das calças,

Jacinto e deram-lhe uma sala no andar térreo (aliás, de terra socada). E ele aguentou lá seus cem alunos, lotações, cinco horas por dia.”<sup>21</sup>

O jornal *Ypanema*, não poupando críticas ao estado deprimente em que se encontrava o ensino público, denunciava que “se alguém visitar as escolas públicas d’esta cidade, e vir que os meninos abafam em umas estufas, que não há bancos suficientes, nem mesas, nem livros, nem modelos; quem observar o descontentamento do professor e a tristeza do aluno, pensará que só aqui o ensino vai de rastos.” Comparando o ensino com outros países, fazia acerbadíssima crítica à elite, dizendo que “em 1850, existiam em Constantinopla, 400 escolas sustentadas por doações e legados dos particulares. E no Brasil, onde se deixa tanto dinheiro para Capelas, Irmandades, missas e foguetes, não consta que uma alma generosa se inspirasse no exemplo, não digo dos Estados Unidos, cristão, mas da Turquia muçulmana, para legar uns contos de réis à melhor obra pia que se conhece, a escola. A Turquia adotou o sistema local e decretou o ensino obrigatório.” Sarcasticamente, continuava: “a Província de São Paulo rejeitou no ano da graça de 1872, um projeto de ensino livre e aprendizagem obrigatória, porque alguns deputados entendiam que havia comunismo, socialismo e não sei se cristianismo, também, no a.b.c. sem licença do Presidente da Província; na taboada, sem o visto do Inspetor Geral, e no bastardinho, sem fiscalização do Inspetor de distrito. Em vez de se preocuparem com futilidades, como o ensino público, as Câmaras divertem-se em felicitar os Ministros e Presidentes da Província, e em dar pêsames ao Papa.” E responsabilizava o Estado pela situação, pois “as Assembléias Provinciais lêem pela mesma cartilha, e o que prova que vivemos no melhor dos mundos possíveis é a tocante uniformidade com que o Partido Liberal e a Assembléia unânime do Partido Conservador. É o mesmo sagrado horror pelo a.b.c. sem a licença, sem o regulamento, sem o imposto, sem o relatório. É a mesma previsão de que os meninos se filiarão à Internacional em detrimento das instituições juradas. E viva o Brasil, que quer o progresso mais refletido e moderado do que a Turquia. A nossa escola vai de par com o nosso carro de bois, e como o monjolo, cuja invenção é disputada entre os portugueses e os bugres.”<sup>22</sup>

---

- umas largas calças de enfiar -, ou na gaveta da mesa, ou ao pé do tinteiro, uma barata morta. Se ele a encontrava ainda nas horas da aula, dava um pulo, circulava os olhos chamejantes, dizia-nos os últimos nomes: éramos sevandijas, capadócios, malcriados, moleques. - Uns tremiam, outros rosnavam; o Quincas Borba, porém, deixava-se estar quieto, com os olhos espetados no ar.” ASSIS, Machado de, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. S. Paulo: Globo, 1977, p. 28 e 29.

21. ALMEIDA, Alúcio, *Diário de Sorocaba*, ano VIII, No. 2.136, 04/11/1965, p. 03.

22. *Ypanema*, ano I, No. 01, 25/04/1872, p. 01 e 02.



As condições de trabalho desses professores eram as mais precárias. Tinham como obrigação alugar casas ou alojamento que transformavam, na medida do possível, em escolas. Normalmente eram residências que dispunham de exíguas instalações, onde os alunos permaneciam amontoados. Além disso, as instalações sanitárias, quando existiam, eram insuficientes, obrigando os alunos a buscar fora da escola locais para fazerem as necessidades. Este fato permitia a muitos alunos sair e não mais retornar à aula. Tal precariedade era uma das causas geradoras da desmotivação do professor. José Feliciano de Oliveira, em suas *Reminiscências*, dá-nos um quadro bem claro das dificuldades enfrentadas: "...mas o que fazer numa salinha ordinária, onde se apertam três classes barulhentas. Quando ensinava pessoalmente uma, as duas outras faziam as lições passadas, e, sobretudo, perturbavam ativamente o meu ensino, brincando, remexendo-se, pedindo para sair (sair à rua, porque não havia quintal para recreio). A média de freqüência sendo necessária para ter os magros vencimentos, era forçoso tolerar demais os indisciplinados e fazer da escola um maior inferno. Cheguei a pensar — como os experimentados colegas mais antigos — que só à palmaria se podia levar essa corjinha...Dois anos e meses suportei isso."<sup>23</sup>

Se, de um lado, o professor tinha grandes dificuldades para controlar os alunos, por outro, ele próprio constituía um problema ainda maior. Frequentemente, motivo de acerbadas críticas, tanto por parte dos pais quanto dos Inspectores Gerais, era acusado de "desídia e falta de escrúpulo."<sup>24</sup> O Dr. Laurindo de Brito, em seu relatório, dizia ter visto "uma escola de meninas, em compartimento contíguo a uma taverna da própria professora; esta, da sua cadeira de ensino, regulava as transações de compra e venda."<sup>25</sup> Em 1873, o Inspetor Geral, Dr. Francisco Aurélio de Souza Carvalho, em seu relatório anual, denuncia que "o ensino público não inspira a menor confiança e nem pode tornar-se proveitoso, porque a corporação docente, em sua generalidade, ou é incapaz, ou vive desviada de suas funções magisteriais e entregue a ocupações de outra ordem."<sup>26</sup>

A enorme quantidade de alunos que abandonavam os estudos era debitada ao preconceito que a população fora adquirindo, ao longo do tempo, contra a escola pública. Contribuíram para isto "a inaptidão do professor, que afugentava

---

23. OLIVEIRA, José Feliciano. *O Ensino em São Paulo*. Algumas Reminiscências. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1932, p. 30 e 31.

24. RODRIGUES, João L. op. cit., p. 72.

25. Relatório do Dr. Laurindo de Brito, 1846, citado por RODRIGUES, João L. op. cit., p. 72.

26. Relatório do Inspetor Geral do Ensino Público de São Paulo, Dr. Francisco Aurélio de Souza Carvalho, citado por ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 166.

a frequência da escola; a falta de professores; a desídia destes, a falta de instalações adequadas para o estabelecimento da escola; a ausência de mobílias; a falta de material didático e o completo desconhecimento dos professores destes.”<sup>27</sup> O Dr. João Batista Pereira, em seu relatório, dizia que “por isso não raro se vê, ao lado da escola pública despovoada, a particular bem freqüentada.”<sup>28</sup> No entanto, João L. Rodrigues identificava “uma outra causa que desviava da escola pública bom número de crianças: era a baixa extração da sua clientela ordinária. Os colégios particulares, onde o ensino era remunerado, não estavam ao alcance de todos e, desse modo, operava-se uma seleção: as crianças de família medianamente abastadas iam para as escolas particulares da localidade ou, quando elas não existiam, para internatos. Sendo assim, só iam para a escola pública as crianças cujos pais eram totalmente indigentes, não só mal vestidas e descalças, mas, muitas vezes, desasseadas, destituídas daquele polimento que revela, à primeira vista, uma boa educação de família.”<sup>29</sup> E para corroborar o seu diagnóstico, cita o depoimento de uma ‘certa senhora’ de suas relações que, tendo-lhe confiado dois de seus filhos, dizia sempre tê-los no colégio. O erro era intencional. E a senhora justificava: “Não digo que meus filhos estão na escola porque para a escola, em regra geral, não vão senão as crianças da ralé social”.<sup>30</sup>

Já para o Inspetor Geral, Dr. Francisco Aurélio, a inferioridade do ensino público devia-se ao deficiente programa das escolas primárias, “que era modestíssimo, nada mais do que o programa de 1846, com acréscimo apenas do sistema métrico, sendo que alunos havia que, com um estágio de 3 anos, deixavam a escola mal sabendo ler.”<sup>31</sup>

Para os pais “o pouco adiantamento assinalado não tinha explicação, senão na desídia dos professores e mesmo na sua falta de escrúpulos.”<sup>32</sup>

Em 1852, o Inspetor Geral, Dr. Mendonça Pinto, dizia em seu relatório que “não é gratificando-se com mesquinhos vencimentos de 300\$ a 400\$000 anuais que poderemos atraí-los para o magistério, sobretudo numa região fértil de

---

27. Relatório do Presidente da Província de São Paulo, Dr. João Baptista Pereira, 1878, citado por RODRIGUES, João L., op. cit., p. 102 e 105.

28. Idem, p. 105.

29. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 105 e 106.

30. Idem, p. 106.

31. Relatório do Inspetor Geral do Ensino Público da Província de São Paulo, Dr. Francisco Aurélio de Souza Carvalho, citado por RODRIGUES, João L., op. cit., p. 71 e 72.

32. Idem, Ibidem.



recursos como São Paulo, onde tão fácil é a vida e mais vantagens se colhem ensinando num colégio particular.”<sup>33</sup>

Em 1878, o Presidente da Província, Dr. João Baptista Pereira, em seu arrazoado sobre o fechamento da Escola Normal, nos dá precioso panorama sobre o estado em que se encontrava a educação pública: “Os professores públicos nem mesmo encontram o estímulo das vantagens materiais; pode-se dizer, sem exageração, que são eles os mendigos do funcionalismo. Seus vencimentos são fixados, ainda, conforme a categoria das localidades: cidades, 800\$000 anuais; vilas, 750\$000; freguezias e bairros, 650\$000. Por exceção, os da Capital percebem 950\$000. Os cofres públicos apenas concorrem com a mobília; todas as outras despesas da escola, inclusive casa, são pagas do bolso do professor. Custa compreender que, com tão escassos recursos, se possa manter um professor público; a maior parte dos seus vencimentos é absorvida pelo aluguel da casa e por isso não admira que as escolas sejam instaladas em casas pequenas e acanhadas, que não podem comportar os alunos que as freqüentam. Nestas condições, como estranhar que o ensino público não tenha degenerado em ofício? O homem de habilitações científicas, por muito pendor que sinta para o magistério, fugirá por certo de uma profissão que lhe acena com a perspectiva da miséria e irá procurar em qualquer outra carreira os recursos necessários para uma subsistência isenta de privações. É absolutamente impossível, com tão pouco dinheiro, encontrar-se para o magistério público pessoa idônea e que se recomende por todos os predicados que deve reunir o educador da infância.”<sup>34</sup>

O salário constituiu-se, ao longo do tempo, no principal problema do professor. Salvo raras exceções, como em 1887, quando subiu para 1.800\$000 e permitiu certo crescimento do padrão de vida, o salário sempre esteve abaixo do mínimo exigido para a sobrevivência. Sem dispor de qualquer mecanismo de pressão para reverter o quadro caótico, sujeitava-se à situação vigente, mancomunando-se com a pobreza de seus alunos. A Lei Imperial de 1827, em seu art. 3º, fixava os ordenados dos professores entre 200\$ e 500\$00 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares. Em 1846, o salário era de 400\$ a 500\$000 na cidade, de 300\$ a 400\$000 nas vilas e de 250\$ a 300\$000 nas freguesias e bairros. Em 1867, entre 300\$ e 400\$000 anuais. Em 1878, de 850 para a cidade, 750\$ para a vila, 650\$ nas freguesias e bairros e

---

33. Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo, Dr. Diogo de Mendonça Pinto, citado por ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 166.

34. . Relatório do Presidente da Província de São Paulo, Dr. João Baptista Pereira, citado por RODRIGUES, João L., op. cit., p. 104 e 105.

950\$000 na capital. Em 1886, era de 850\$ anuais na cidade, de 750\$ nas vilas e 650\$000 nas freguesias e bairros.<sup>35</sup>

O jornal *Cruzeiro do Sul*, em 1904, publicava que era “muito certo o prolóquio popular — o dia da ventura é véspera do da tristeza . A classe do professor que gozou de certo bem-estar, passa agora o seu momento de amargura. Foi promulgado o decreto que reformou a instrução no Estado...os professores terão os seguintes vencimentos: professor ambulante, 1.800\$; de escola de bairro ou distrito da paz, 2.400\$; de escola isolada em município, 3.100\$; de grupo escolar, escola modelo anexa e do jardim de Infância, 3.500\$; diretor de grupo e inspetor do jardim de Infância, 4.000\$000. Como se vê, é deprimir a nobre classe reduzindo-a uma situação aflitiva. Que lucrará o Estado com isto? Fará economias para gastar em coisas menos úteis deixando o povo crescer na ignorância? Quem quererá, dora avante, estudar longos anos, tendo certeza que nulo está seu futuro?”<sup>36</sup>

Ao irrisório salário somavam-se outras formas para torná-lo, ainda, mais aviltante. Alegando dificuldades orçamentárias, o Estado, em 1891, estabelecia desconto de 15% na folha de pagamento dos professores e que se prolongou até 1912, quando eles, baseados nas novas normas instituídas pelo Congresso Constituinte, requereram a sua suspensão. O jornal *Cruzeiro do Sul*, publicava “que diversos professores públicos vão requerer ao governo do Estado o pagamento integral de seus vencimentos, que desde 1891 estão sofrendo o desconto de 15 por cento, em virtude de uma disposição orçamentária. Esses profissionais, justificando o seu requerimento, vão alegar uma circunstância que lhes parece um aumento dos mais valiosos. Como é sabido, o imposto de 15 por cento nos vencimentos do professorado está sendo cobrado em virtude de uma disposição transitória apensa ao projeto de orçamento de 1893, e não em consequência de uma lei especial. Essa disposição transitória foi mantida nos orçamentos posteriores e o desconto continua a ser feito até o ano atual. Acontece, porém, que o Congresso Constituinte, na sua última reunião, suprimiu a parte da Constituição do Estado, que permitia as disposições transitórias nos projetos do orçamento. Sendo assim, não foi possível consignar no orçamento de 1912 a disposição instituída em 1893, mandando cobrar o referido imposto. Baseados nessa su-

---

35. ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 162, 164, 166, 168, 169, e RODRIGUES, João L., op. cit., p. 148.

36. *Cruzeiro do Sul*, ano II, No. 125, 27/08/1904, p. 01.

pressão e por não haver lei especial que autorize tal cobrança, é que os professores vão requerer o pagamento integral de seus vencimentos.”<sup>37</sup>

A escola primária funcionava apenas com um professor, encarregado de todas as disciplinas de que constava o currículo. A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que tratava especificamente do ensino, dizia em seu artigo 6º que “os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionando à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.”<sup>38</sup> Em março de 1846, a Assembléia Provincial de São Paulo editava a Lei 34, em que “o programa primário constava de leitura, escrita, aritmética até proporções, noções de geometria, prática, gramática e religião.”<sup>39</sup> Esta Lei foi regulamentada em 25 de setembro do mesmo ano e “instituiu as horas de abertura e encerramento das aulas, a divisão dos alunos em decuriões, a punição com a régua e os exames antes das férias.”<sup>40</sup>

A costumeira escassez de professores levou a Assembléia Provincial, em 1868, a votar uma lei estabelecendo que, para ser nomeado professor, o candidato deveria submeter-se a um exame perante uma comissão da qual participavam, entre outros, o Presidente da Província — que em geral declinava desta função em favor de outra pessoa do Governo — e o Inspetor Geral da Instrução. O exame era realizado em uma das salas do Palácio do Governo<sup>41</sup> e dele poderia participar qualquer indivíduo, independentemente de seus conhecimentos.<sup>42</sup>

A comissão, por sua vez, era formada, às vezes, por examinadores com precárias condições de saber, independência e moralidade e, dificilmente, reprovava os candidatos, mesmo que demonstrassem total falta de preparo para exercer a função de educadores. “Concorria para agravar o mal o filhotismo inspirado por uma política de curtas vistas, a qual, fazendo aprovar os protegidos dos régulos locais, rebaixava-lhes o nível moral. Mais do que o preparo intelectual,

---

37. *Cruzeiro do Sul*, ano IX, No. 1.724, 06/01/1912, p. 02.

38. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Citada por ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 162 e 163.

39. ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 164.

40. Idem, p. 167.

41. Os futuros professores que submetiam-se a este ritual eram popularmente chamados de ‘professores de palácio’.

42. RODRIGUES, João L., op. cit., p. 38.

faltava-lhes o sentimento de dignidade pessoal, que é requisito imprescindível num educador. O mestre-escola, despidido desse predicado, tornou-se uma figura de comédia.”<sup>43</sup>

Sem mudanças significativas, o ensino de 1º. e 2º. graus resistiu até 1886, quando, por pressão da comunidade que exigia uma escola que atendesse às suas necessidades sociais, políticas e econômicas, iniciou-se um processo de discussão que levou o diretor da Escola Normal, Dr. Caetano de Campos, a propor ao Governo uma reforma que consistia em uma escola primária, para alunos de 7 a 10 anos, uma escola secundária, para alunos de 7 a 14 anos, e uma escola de 2º. grau, para alunos de 14 a 18 anos. Essas sugestões levaram à criação da Lei N°. 88, de 8 de setembro de 1892, regulamentada a 27 de setembro de 1893, que dividiu o ensino em três tipos: escola primária, escola complementar e ginásio.<sup>44</sup>

Do programa curricular das escolas complementares constavam as seguintes disciplinas: 1º. ano — Português, Francês, Aritmética, Geografia do Brasil e História pátria, Caligrafia, Desenho e exercícios ginásticos; 2º. ano — Português, Francês, Álgebra, Escrituração Mercantil, Geometria, Moral e Educação Cívica, Desenho e exercícios ginásticos; 3º ano — Português, Trigonometria, Mecânica, Cosmografia, Geografia e História Geral, Trabalhos Manuais e exercícios ginásticos; 4º ano — Física, Química, História Natural, Noções de Higiene, Economia Política e Doméstica (conforme o sexo) e exercícios ginásticos.<sup>45</sup>

Devido à contínua escassez de docentes, a Lei 88 previa, em seu art. 16, que o curso completo das escolas complementares habilitava para o cargo de adjunto das escolas preliminares. Sem dispor em seu currículo das disciplinas Didática e Pedagogia e com a finalidade de incutir a cultura geral, o curso é desvirtuado de sua função que será acentuada com a publicação da Lei de 3 de setembro de 1895 que, em seu art. 1º, dizia que “os alunos que concluírem o curso complementar e tiverem um ano de prática de ensino nas escolas modelo do Estado, poderão ser nomeados professores preliminares com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados da Escola Normal.”<sup>46</sup> Esse artigo equiparava os alunos da escola complementar aos alunos da Escola Normal. Em 1895, ainda, a Escola Normal era dividida em Escola Normal Primária, destinada a servir de prática aos alunos do secundário que desejassem tornar-se

43. Idem, p. 43.

44. Idem, p. 296.

45. Idem, p. 411.

46. Idem, p. 409.



professores, e em Escola Normal Secundária, destinada àqueles que desejassem obter o diploma de professor primário.<sup>47</sup> Em Sorocaba, a utilização do professor adjunto começou em maio de 1896, com a inauguração do Grupo Escolar, quando o Estado fez anunciar nos jornais que estavam abertas as inscrições “para os exames de todas as matérias do curso preliminar, no prédio do ‘Grupo Escolar’, os opositores aos lugares de adjuntos das primeiras escolas do sexo masculino e feminino do mesmo grupo. Deviam os professores maiores de 18 anos, apresentar folha-corrída ou atestado de moralidade, prova de vacina, atestado médico e de não ter sido expulso da Escola Normal ou de cadeiras em que tivessem lecionado.”<sup>48</sup> Cabia ao adjunto, ajudar o professor titular, na preparação das aulas e nas demais atividades, além de substituí-lo em caso de ausência. Tal equiparação impôs ao professor um regime de trabalho de 5 horas mais 3 horas de trabalho domésticos, para a preparação das aulas, o que provocou reclamação, tanto dos professores, quanto dos diretores contra os inconvenientes desse regime de trabalho. A insistência das reclamações levou o governo a editar o Decreto Nº 2.025, de 29 de março de 1911, que transformou as antigas Escolas Normais em Escolas Normais Secundárias e as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias. Posteriormente, em 1920, os dois tipos de escolas foram unificadas em Escolas Normais.<sup>49</sup>

Após a equiparação, em 1895, das Escolas Complementares às Escolas Normais Primárias, houve enorme proliferação daquelas no interior. As primeiras cidades a serem beneficiadas foram Itapetininga e Piracicaba, e, tempos depois, São Carlos, Piraçununga, Botucatu e Campinas. Ocorre que o critério para a instalação de escolas nas cidades do Interior obedecia, sempre, aos interesses políticos. Em Sorocaba, existiam duas grandes famílias oligárquicas (Machados e Vergueiros) que lutavam entre si pelo domínio político e econômico. A educação não fazia parte de seus interesses; por isso, apesar de numerosas campanhas realizadas por alguns jornais, a cidade sempre foi preterida, em benefício de outras “inferiores quanto à indústria, comércio e população escolar.”<sup>50</sup> O jornal *Cruzeiro do Sul*, em 1912, promoveu intensa campanha para a implantação de uma Escola Normal. Nela, nos primeiros momentos, jogava com o otimismo para obter o apoio popular, dizendo que, ao iniciar a campanha pela criação da “Escola Primária Normal”, tinha “quase certeza” de que a idéia seria vencedora, devido sobretudo, à nobreza e utilidade da mesma,

---

47. Idem, p. 408 e 409.

48. ALMEIDA, Aluísio de, **Diário de Sorocaba**, ano VIII, Nº 2.157, 30/11/1965, p. 06.

49. Idem, p. 411, 412 e 413.

50. **Cruzeiro do Sul**, ano I, No. 96, 18/05/1905, p. 01.

e já que a população se “batia ao lado e procurava todos os meios para que essa idéia fecunda, esse desejo enorme se tornasse realidade, nada mais justo de que a cidade fosse contemplada com essa escola.” A fim de justificar esta pretensão utilizam-se vários recursos, inclusive o da comparação, em que mostrava a arrecadação de várias cidades — Guaratinguetá, Botucatu e Piraçununga — que dispunham de suas Escolas e que, segundo o quadro comparativo, estavam aquém de Sorocaba.<sup>51</sup> Em outro artigo, salientava a importância da criação e instalação de um desses estabelecimentos” e a “grande vantagem que traria para o Estado em vista do crescente progresso que vai acontecendo em nossa localidade”<sup>52</sup> e que a distância, tanto de Itapetininga quanto de São Paulo, “jamais lhes faria concorrência.”<sup>53</sup> Apelando, agora, para a emoção, dizia que “os povos procuram o bem-estar, nem tanto próprio, mas como receptores de seus filhos. E, como uma soberana nesses preparativos contemporâneos, está a instrução popular. Nela encerra-se o **maximum** do porvir civilizador e por ela nós, que temos em poder a educação vinda dos nossos pais, devemos imitar o exemplo e fazer tudo pelos que daqui a pouco serão também os responsáveis pela sua cultura.”<sup>54</sup> Reconhecendo a nobreza e, ao mesmo tempo, a insensatez do ato praticado no passado, dizia que “de fato, Sorocaba, ainda não tem uma Escola Normal Primária, embora em 1893 cedesse o seu direito a Itapetininga.”<sup>55</sup> Nisso andou muito bem, beneficiando a um povo amigo, a uma cidade amiga, a uma zona importante que muito carecia de animação de progresso” e que “naquela época Sorocaba estava no fastígio do seu progresso industrial, pois já funcionavam muitas fábricas e o comércio industrial particular convergia vistas argutas para o nosso centro privilegiado.” Revelando completa insensibilidade e desconhecimento da importância da educação, prosseguia argüindo “que a escola naquela época não era elemento primordial, indispensável para o nosso progresso. Este se impunha pela indústria.” Reconhecendo o disparate da análise, admitia que “atualmente, apesar dos grandes e incomparáveis progressos da indústria, a vida urbana reclama e precisa de uma Escola Normal a fim de que esse mesmo

---

51. Idem, ano X, Nº 1.901, 08/08/1912, p. 01.

52. Idem, Nº 1.902, 09/08/1912, p. 01.

53. Idem, Nº 1.903, 09/08/1912, p. 01.

54. Idem, Nº 1.904, 11/08/1912, p. 01.

55. Segundo João L. Rodrigues, “em fins de 1894, o Governo do Dr. Bernardino de Campos designou para sede duma das novas escolas normais, a cidade de Itapetininga, como um meio de premiar a cidade sul paulista, que fora a baluarte da defesa do Estado, quando estivemos sob a ameaça da invasão federalista. Quando o **Diário Oficial** publicou o respectivo decreto, o Presidente do Estado, ofereceu um banquete aos dirigentes da política de Itapetininga.” op. cit. p. 365.



progresso e essa mesma indústria possam progredir (permitam a expressão) possam proliferar os esforços dos nossos cidadãos.”<sup>56</sup> O engodo político não conhecia limites. O deputado estadual “Dr. Campos Vergueiro”, durante a campanha encetada pelo jornal, assumia perante a Câmara Municipal o compromisso de “continuar a trabalhar junto aos poderes constituintes do Estado, cada vez com mais empenho, para que a justa ambição do povo sorocabano de possuir um estabelecimento em que a sua juventude e a dos municípios vizinhos possam se ilustrar, torne-se dentro em pouco uma realidade.”<sup>57</sup> Entretanto, em 18 de outubro de 1912, na seção de Câmara dos Deputados, o mesmo parlamentar, durante as discussões, apresentava o projeto de Lei Nº 29, em que pedia a criação de quatro escolas ‘preliminares’ e somente elas, para a cidade. O desprezo pela expansão do ensino fazia-se sentir com toda a sua força. E se não bastasse, o jornal fazia a defesa do deputado, enaltecendo-o como o mais lúdimo representante do povo: “Não é de hoje que o nosso incansável representante da Câmara dos Deputados vem trabalhando infatigavelmente pela instrução pública e fazendo criar escolas primárias no município e distritos que representa. Vê-se que o jovem parlamentar está decidido a trazer o progresso e o adiantamento para esta opulenta zona do Estado e cada vez mais o distinto deputado e político sorocabano atrai sobre si a admiração e a simpatia da população sorocabana que já o tem mesmo na conta de um de seus mais ilustres e dedicados filhos.”<sup>58</sup> A campanha do jornal termina nesse dia. Somente em 1929, já no governo de Júlio Prestes de Albuquerque, é que a cidade será contemplada com uma Escola Normal, que hoje leva o seu nome. Até então, os alunos interessados no curso de Magistério tinham, necessariamente, que se deslocar ou para Itapetininga ou para São Paulo, as duas cidades mais próximas.<sup>59</sup>

O curso primário, tanto o privado quanto o público, apresentavam grandes problemas. Na escola privada era a impropriedade dos prédios o que mais preocupava, já que o número de vagas era maior do que o de alunos. Na escola pública, a situação era dramática em virtude de não dispor de vagas suficientes para atender à grande quantidade de pedidos. Tal situação ficou clara quando da inauguração do primeiro grupo escolar de Sorocaba que, contando com 8 classes — quatro para cada sexo — deixara de atender a mais de 200 crianças, que tiveram suas matrículas condicionadas à autorização, por parte do governo, para

---

56. *Cruzeiro do Sul*, ano X, Nº 1.913, 24/08/1912, p. 01.

57. *Idem*, Nº 1.901, 08/08/1912, p. 02.

58. *Idem*, Nº 1.962, 20/10/1912, p. 02.

59. ALMEIDA, Alúcio, *Cruzeiro do Sul*, ano LXXVI, Nº 21.571, 16/09/1979, p. 32.

a criação de outras classes.<sup>60</sup> De nada adiantou a campanha encetada pelos pais, pelos educadores e pelos jornalistas para a criação de um novo grupo escolar. “João José da Silva redigiu um artigo, logo mais transcrito pelo ‘Estado de São Paulo’ no qual, sob o título ‘Novo Grupo’, o velho jornalista encarecia a necessidade da criação de outro grupo escolar, em vista de faltar prédio grande para atender ao grande número de alunos. O doutor Dino Bueno, secretário da Instrução, verificou isso, aliás, quando visitou Sorocaba.”<sup>61</sup> Somente em 1914 é que seria criado o 2º grupo escolar.<sup>62</sup>

Se para o filho do trabalhador a falta de vaga era uma realidade, para o trabalhador o acesso à escola era extremamente difícil, senão impossível, devido à incompatibilidade existente entre o horário de funcionamento da escola e o da fábrica. Essa emblemática situação era motivo de permanente preocupação e a sua solução constava permanentemente da pauta de suas reivindicações. Constantemente, recorriam à imprensa para intensificar o poder de pressão. No jornal *O Operário*, o assunto era tratado com grande frequência. Em 1911, publicava que “as escolas noturnas, criadas e mantidas pelo Governo do Estado, segundo o regulamento, devem abrir-se às 6 horas da tarde, fechando-se às nove da noite. Eis aqui o ponto capital da nossa queixa; não do horário, pois não só o aprovamos como o achamos magnífico, mas da dificuldade que daí advém para os operários os freqüentarem, devido ao adiantado da hora que largam do serviço. As Fábricas de Tecidos Santa Maria e Santa Rosália trabalham até às oito e meia da noite(!!!), a da Nossa Senhora da Ponte, até às sete, a Fábrica de Chapéus até às cinco e meia da tarde. Diante de um horário tão cômodo quanto rendoso para os patrões, nenhum operário poderá freqüentar as escolas noturnas do que resultará a sua nenhuma eficácia. De que modo e com que tempo um operário deixando o serviço às cinco e meia da tarde poderá ir até a sua casa, jantar, mudar de roupa, passar uma vista d’olhos na lição e achar-se na sala da escola às seis horas em ponto? É tão materialmente impossível como tentar-se vencer uma légua de distância a pé em dez minutos. Agora, quanto aos que deixam o trabalho às sete e oito e meia da noite? Torna-se tão impossível que toda e qualquer comparação não passaria de ridícula e absurda.” E concluía, sarcasticamente: “aconselhamos as fábricas a darem começo ao trabalho, às três horas da madrugada, fazendo-o cessar às cinco.”<sup>63</sup>

60. Idem, *Diário de Sorocaba*, ano VIII, Nº 2.157, 30/11/1965, p. 06.

61. Idem, *Ibidem*.

62. ESCOBAR, José Ribeiro, op. cit., p. 177.

63. *O Operário*, ano II, Nº 53, 02/10/1911, p. 01.

Em outro artigo, o mesmo jornal, conclamava os trabalhadores a lutar por uma “escola para operários,” pois era “a coisa mais necessária e mais santa que podia imaginar, porque uma escola que se abre, é um cárcere que se fecha”.

Em 1872, a população de Sorocaba era de 12.999 habitantes, dos quais, 2.493 adultos sabiam ler, e de 2.315 menores de 15 anos, apenas 631 freqüentavam a escola. Havia para eles 2 escolas públicas para o sexo masculino e 2 para o sexo feminino; 3 particulares para o sexo masculino e 2 para o sexo feminino e 1 escola noturna, particular, mantida pela Loja Perseverança III.<sup>64</sup>

Em 1890, para uma população de 17.068 habitantes, havia 13.976 analfabetos entre crianças e adultos.<sup>65</sup>

Em 1919, havia 2 grupos escolares com 36 classes; 4 escolas urbanas mistas; 4 escolas noturnas distritais; 7 distritais, 12 rurais, 10 municipais; 1 colégio particular (Santa Escolástica) e 2 cursos noturnos particulares (São Miguel e Perseverança). “Calculada a população urbana em 20.000 habitantes e dos bairros 20.600 <sup>66</sup> verifica-se que há em Sorocaba, adaptado o coeficiente de 12,66%, 2.530 crianças na idade escolar; dessas 53,2% apenas ou 1.348 freqüentam escolas; as restantes 1.182 não cursam escola alguma. Nos bairros para 2.606 em idade escolar e para as quais há 29 escolas, há 937 crianças freqüentando os cursos estaduais ou municipais (45,6%) e 1.669 que não se acham matriculadas.”<sup>67</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Aluísio de. Prof. Amaro Egidio de Oliveira. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 30 nov. 1965. Ano VIII, n. 2.157.
2. —. Prof. Manuel de Souza Guerra Jr. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 8 out. 1965. Ano VIII, n. 2.115.
3. ESCOBAR, José Ribeiro. Histórico da Instrução Pública Paulista. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 4, dez 1933.
4. ESCOLA normal. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 14 ago. 1912. Ano X, n. 1.913.
5. ESCOLAS. **Ypanema**, Sorocaba, 25 abr. 1872. Ano I, n. 1.

---

64. **Recenseamento do Brasil de 1872.**

65. **Recenseamento do Brasil de 1890**, p. 656.

66. Há uma pequena divergência entre este número e o levantado pelo Recenseamento de 1920 que registrou 43.329 habitantes.

67. **Relatório Anual da Prefeitura Municipal**. Janeiro de 1919.

6. ESCOLAS noturnas. **O Operário**, Sorocaba, 2 out. 1919. Ano II, n. 53, p. 1.
7. FOULCAUT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1993.
8. GRUPO escolar. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 18 maio 1904. Ano I, n. 96.
9. INSTRUÇÃO pública. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 27 ago. 1904. Ano II, n. 125.
10. OLIVEIRA, José Feliciano, **O ensino em São Paulo**. Algumas reminiscências. São Paulo: Siqueira, 1932.
11. UM PEQUENO resumo da história do ensino em Sorocaba. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 16 set. 1979. Ano LXXVI, n. 21.571.
12. O PROFESSORADO. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 6 jan. 1912. Ano IX, n. 1.724.
13. **RECENSEAMENTO do Brasil de 1872**.
14. **RECENSEAMENTO do Brasil de 1890**. v. 656.
15. RODRIGUES, João L. **Um retrospecto**. Alguns subsídios para a história pragmática do Ensino Público em São Paulo. São Paulo Instituto D. Anna Rosa, 1930.
16. SOROCABA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Relatório Anual da Prefeitura Municipal**. Sorocaba: Prefeitura, 1919.